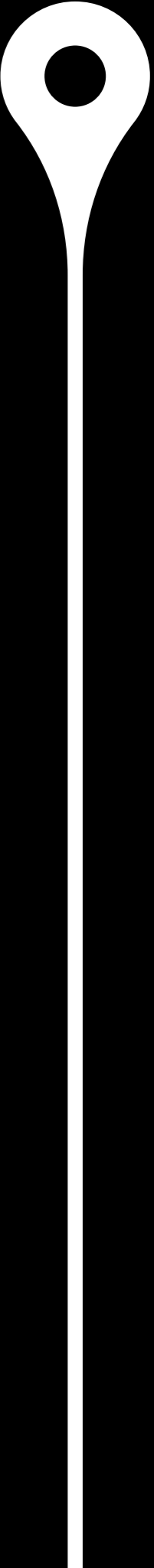


ARTICLE 19

**VIOLAÇÕES
À LIBERDADE
DE EXPRESSÃO**

RELATÓRIO ANUAL 2018





EQUIPE ARTIGO 19 BRASIL

Paula Martins

Diretora-executiva (licenciada)

Laura Tresca

Diretora-executiva interina

Júlia Lima; Thiago Firbida;

Bárbara Dantas

Proteção e Segurança

Laura Tresca; Paulo José Lara;

Bruna Zanolli; Daniel Blanco dos Anjo

Direitos Digitais

Joara Marchezini; Júlia Rocha;

Yumna Ghani

Acesso à Informação

Camila Marques; Laura Varella;

Juliana Novaes

Centro de Referência Legal

Débora Prado; Júlia Cruz;

Vinícius Souza

Comunicação

Kátia Salomão; Regina Marques;

Rosimeyri Carminati; Viviane Carminati; Bruno Azevedo;

Rafaela Alcântara

Administrativo-Financeiro e Institucional

Belisário dos Santos Júnior;

Eduardo Pannunzio; Heber

Augusto Ivanoski de Araujo;

Luciana Cesar Guimarães; Luiz

Eduardo Patrone Regules; Malak

El Chichini Poppovik; Marcos

Roberto Fuchs; Thiago Lopes

Ferraz Donnini

Conselhos Administrativo e

Fiscal

A ARTIGO 19 agradece às seguintes organizações e pessoas por seu apoio e colaboração para a produção deste relatório:

Fundação Ford; Open Society Foundations; Dutch Fund; Anderson França

FICHA TÉCNICA

ARTIGO 19

Realização

Júlia Lima

Thiago Firbida

Raphael Concli

Equipe

MOOA estúdio

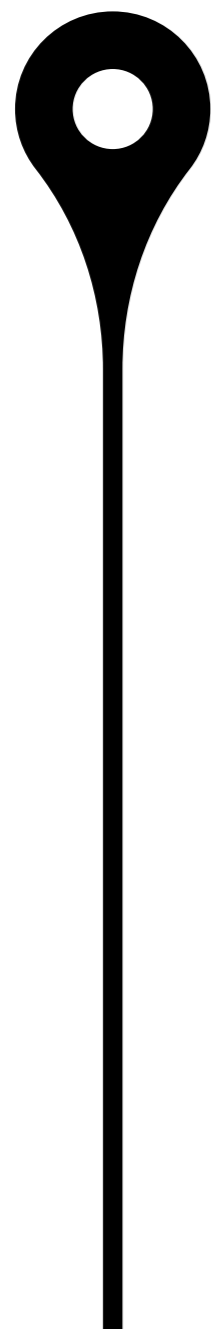
Diagramação e arte

ATENÇÃO

Esse não é um relatório exaustivo. Novas informações e alterações poderão ser acrescentadas, conforme aprofundamento dos casos, envio de novos relatos e avanço das investigações oficiais.

Informações sobre os casos inseridos nesse e nos outros relatórios anuais de Violações à Liberdade de Expressão da artigo 19 estão disponíveis no portal violacoes.artigo19.org

*Esta obra foi licenciada com uma Licença **Creative Commons** Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual – 4.0 Internacional*



SUMÁRIO

Capítulo_1	<u>Apresentação</u>	<u>8</u>
Capítulo_2	<u>Panorama geral da violência contra comunicadores em 2018</u>	<u>10</u>
Capítulo_3	<u>Eleições e violência online: O escancaramento de um novo cenário de violações</u>	<u>26</u>
Capítulo_4	<u>Entrevista: Anderson França</u>	<u>30</u>
Capítulo_5	<u>Conclusões</u>	<u>38</u>
Capítulo_6	<u>Metodologia</u>	<u>40</u>



CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO

O ANO DE 2018 foi internacionalmente reconhecido como violento para jornalistas, com aumento de assassinatos, prisões e retaliações pelo trabalho mundo afora. No Brasil não foi diferente. Neste sétimo ano em que a Artigo 19 Brasil publica seu relatório de violações à liberdade de expressão, alcança-se mais uma vez a marca de 35 casos de graves violações - tal como em 2012 e 2015.

Num contexto global de alerta às violências contra comunicadores e descredibilização da imprensa, é especialmente importante o registro e a publicização desses casos. Compreender o exercício da comunicação e da liberdade de expressão não pode se dar sem a observação do contexto de violência que atravessa esse exercício, ainda mais num país de alto risco para esse tipo de trabalho como o Brasil.

Soma-se a isso o fato de que o perfil mais vulnerável de comunicador, aquele que atua em cidades pequenas, distantes das grandes regiões metropolitanas do país, é geralmente invisibilizado. A repercussão de casos dessa natureza dificilmente chega às mídias de maior alcance, restringindo-se a contextos locais. Por vezes, o comunicador só conta com uma rede pessoal de parceiros que o auxiliam a trazer o caso a público. A comunicação no Brasil se exerce em larga medida nesses espaços, por atores muitas vezes informais e cujo próprio nome é a representação de seu veículo. Em diversas cidades, a mídia local é composta apenas por essas pessoas.

As violações analisadas nos relatórios anuais da Artigo 19 são sempre aquelas que representam atentados diretos contra a vida: homicídios, tentativas de assassinato, ameaças de morte, sequestros e torturas. Os casos aqui registrados são aqueles em que as vítimas sofreram estes ataques em razão do exercício da comunicação. Há situações em que não se pode afirmar de modo definitivo a existência dessa relação, mas caso esta seja uma possibilidade razoável de acordo com as fontes consultadas no processo de apuração, a vítima será aqui incluída.

Apresentaremos a princípio um panorama dessas violações, seguido pela listagem das vítimas de cada tipo de violação. Em seguida, traremos uma breve análise sobre a ocorrência das violações à luz do contexto político-eleitoral, pano de fundo central para muitos casos. Por fim, uma entrevista com o escritor Anderson França nos leva a observar mais de perto a história de um comunicador sob ameaça e a refletir com ele sobre a condição de comunicadores nas periferias.



CAPÍTULO 2

PANORAMA GERAL DA VIOLÊNCIA CONTRA COMUNICADORES EM 2018

“O ANO DE 2018 reafirma o cenário de violência contra comunicadores no Brasil. Se 2017 teve um número de graves violações levemente abaixo da média, o ano de 2018 retornou ao patamar mais altos de violência, **com 35 casos de graves violações, repetindo a cifra de 2012 e 2015, anos com o maior número de casos encontrados.**

Embora o alto número de ameaças de morte tenha um impacto especial nesse aumento, a ocorrência de 4 homicídios – o dobro do ano anterior – é sinal de alerta. Vale apontar que os números podem ser ainda maiores do que apresentamos, já que há vários casos que não foram incluídos neste relatório pelo fato de não termos conseguido estabelecer de maneira clara a relação entre o crime e o exercício da comunicação durante nossa investigação. Além disso, deve-se considerar que existe uma sub notificação de casos, especialmente em certas violações e perfis, que faz com que certos casos possam não chegar ao nosso conhecimento.

As tendências gerais permanecem as mesmas já notadas nos anos anteriores: agentes do Estado continuam sendo os principais violadores, especialmente políticos; os comunicadores de cidades pequenas seguem como o perfil mais recorrente de vítima; nordeste e sudeste seguem as regiões mais violentas; e a violência contra radialistas continua crescendo, sendo 2018 o ano com o maior número de graves violações já registrado pela ARTIGO 19 contra esse perfil, com 12 casos.

Se os números indicam a permanência de um cenário de violência já conhecido, isso não quer dizer que ele siga sendo o mesmo. Esses números devem ser vistos à luz de um contexto social de aumento de ataques a comunicadores e descredibilização da imprensa em várias partes do mundo, além da consolidação e expansão do ambiente online como espaço de violência, com destaque para as redes sociais. No Brasil isso pode ser observado em particular em dois eventos ao longo de 2018: a greve dos caminhoneiros, ocorrida ao final de maio, e o período eleitoral, que se estende ao longo de todo ano até a realização do 2º turno, em outubro.

Nestas ocasiões foram identificadas inúmeras violações contra comunicadores por todo o país. Não se tratam, em sua maioria, de atentados contra a vida como os apresentados por este relatório, mas são episódios recorrentes de intimidação, constrangimento, agressões físicas e verbais, impedimento da realização do trabalho ou quebra e prejuízo de equipamentos. Chama atenção que muitos desses casos exibem um traço identificado também nas graves violações: a ascensão do cidadão comum como agressor.

Diante deste cenário, importa mencionar uma conquista importante da sociedade civil: **a inclusão de comunicadores sociais no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)** mediante a portaria nº300 do Ministério dos Direitos Humanos,¹ publicada em setembro de 2018.

Por meio do Programa, comunicadores ameaçados ou em risco em razão de sua atuação podem solicitar auxílio para o estabelecimento de diretrizes de proteção a suas vidas e integridade física. A portaria traz uma definição ampla de comunicador social, considerando aquelas e aqueles que atuem regularmente com atividades de comunicação social – seja como profissional ou de forma pessoal, sem receber remuneração pela atividade – a fim de disseminar informações em benefício dos direitos humanos. A abertura da definição é importante no contexto brasileiro, em que o exercício da comunicação é realizado por muitos de maneira informal, sem formação específica na área ou registro profissional. Muitos comunicadores que são alvo de graves violações encaixam-se precisamente nesse perfil.

Ainda que a inclusão de certos perfis de comunicadores no PPDDH seja um passo importante de reconhecimento do Estado brasileiro sobre a situação de violência e a necessidade de proteção a esses perfis, há uma série de

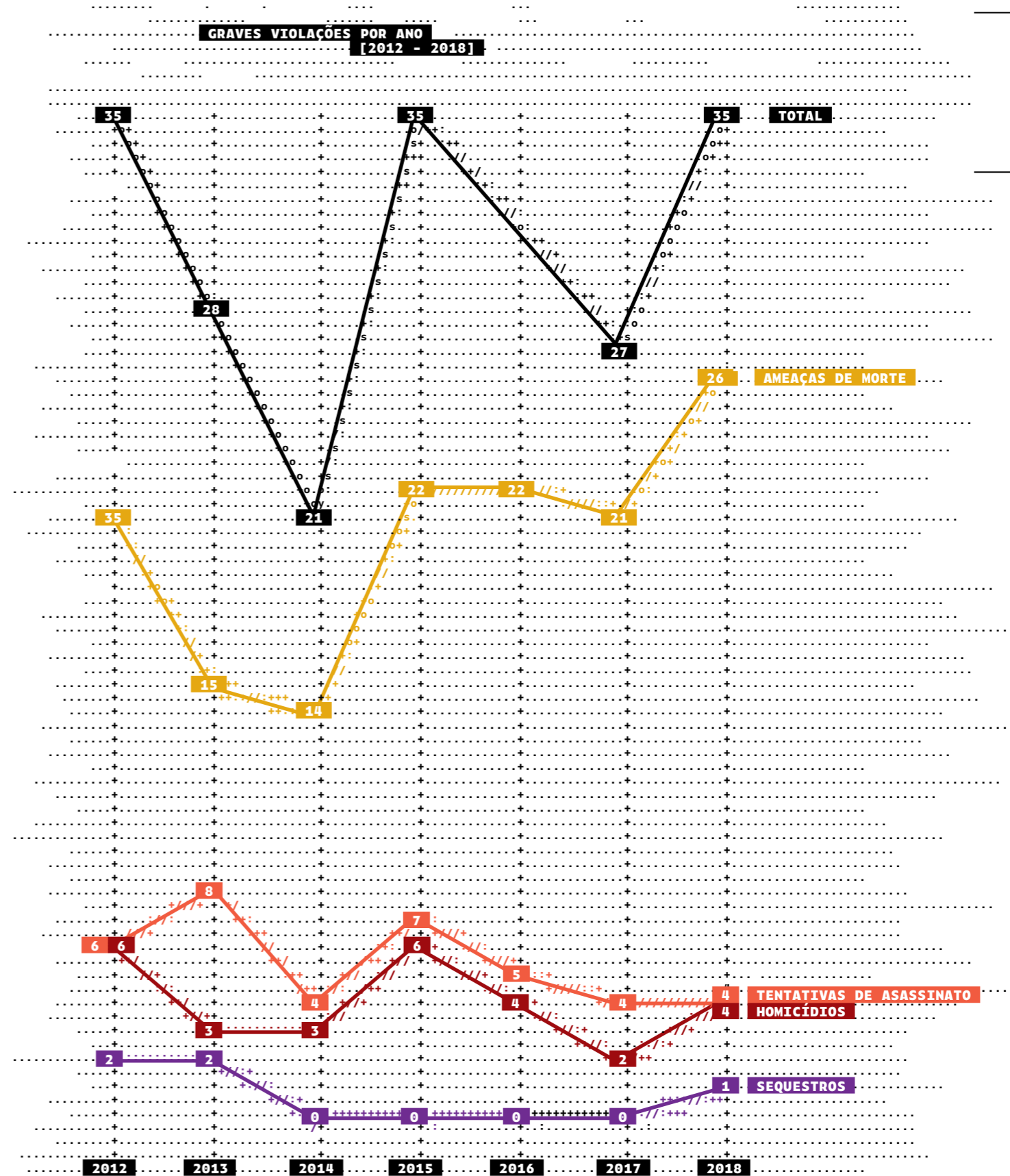
preocupações sobre esse processo que ainda precisam ser respondidas pelo Estado brasileiro.

Primeiramente, é importante ressaltar que há um recorte específico sobre o tipo de comunicador que será atendido: aquele que disseminar informações em benefícios dos direitos humanos. Ainda que essa abordagem esteja de acordo com o escopo do Programa, é importante ressaltar que muitos comunicadores em situação de risco ou vítimas de graves violações podem não se encaixar nesse perfil ou até mesmo não se identificam como tal. Nesse caso, qual é a resposta concreta do Estado brasileiro para a proteção dessas pessoas?

Preocupa ainda que a portaria que incluiu os comunicadores e também os defensores ambientais não trouxe respostas a outras reivindicações de melhorias no programa, sendo a mais importante delas o retorno de **organizações da sociedade civil formalmente para o conselho deliberativo da política**. Desde abril de 2016, o decreto nº 8.724 estabeleceu que o conselho do PPDDH seria composto somente por dois representantes do então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e um representante do Ministério da Justiça.

O distanciamento da sociedade civil de uma política de proteção a defensores de direitos humanos é bastante preocupante para a sua efetividade, já que são as organizações sociais que tradicionalmente monitoram e denunciam violações de direitos humanos e têm enorme experiência para contribuir com uma política dessa dimensão. Além disso, a inserção de novos perfis no programa demanda uma adaptação da política para compreender as dimensões da violência contra esses grupos e esse processo seria muito mais enriquecedor se contasse com efetivos espaços de participação social.

Além disso, apesar do anúncio feito pelo governo do ex-presidente Michel Temer de incremento no orçamento anual do Programa para 2018 e 2019, ele segue sem contar com metodologias de proteção atualizadas e melhor elaboradas para proteção dos atendidos e sem representações estaduais na maioria das regiões do país.



[1]

O texto integral da portaria encontra-se em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39528373/doi-2018-09-04-portaria-n-300-de-3-de-setembro-de-2018-39528265

COMPREENDENDO AS GRAVES VIOLAÇÕES EM 2018

QUEM SOFREU AS VIOLAÇÕES?

DEVE-SE RESSALTAR em primeiro lugar a compreensão da ARTIGO 19 sobre o que é um comunicador. Entendemos que é uma comunicadora ou comunicador a pessoa que exerça a comunicação como atividade regular, remunerada ou não, e independente de certificação acadêmica ou profissional. Tomamos o exercício da comunicação a partir da perspectiva do exercício do direito humano da liberdade de expressão, que não pode ser limitado pela certificação de categorias profissionais. Assim, entendemos que são comunicadores os jornalistas e repórteres profissionais, os radialistas, os repórteres fotográficos e cinematográficos, os blogueiros, os comunicadores populares e comunitários, os midiativistas, os chargistas etc.

Jornalistas foram aqueles mais atingidos por graves violações em 2018, correspondendo a 17 casos (49%), quase metade do total de registros, sendo a maioria dos casos de ameaças de morte, 14 ocorrências.

É grave também o alto número de ocorrências contra radialistas, 12 casos (34% do total), o maior número já registrado pela ARTIGO 19 de violações contra essa categoria desde que nosso relatório começou a ser publicado, em 2012. Dos quatro assassinatos

de 2018, dois casos foram de radialistas, Jefferson Pureza, de Edealina (GO) e Jairo Sousa, de Bragança (PA).

Dentre os 35 comunicadores, 27 relataram ter sofrido algum tipo de violação anterior, como agressões verbais, intimidação, processos judiciais dentre outras. Dentre esses, 10 contaram já ter recebido ameaças de morte em razão de sua atuação.

Tivemos também 5 casos de atentados a redações ou sedes de veículos em 2018. Vale notar que em alguns destes o local de operação dos veículos – como blogs, portais de notícias locais e páginas em redes sociais – é a própria casa do comunicador. Disparos de armas de fogo contra a fachada do local ocorreram em 4 casos, sendo que no caso restante a mensagem de ameaça de morte encontrada num bilhete veio junto de um disparo de rojão contra a casa do jornalista.

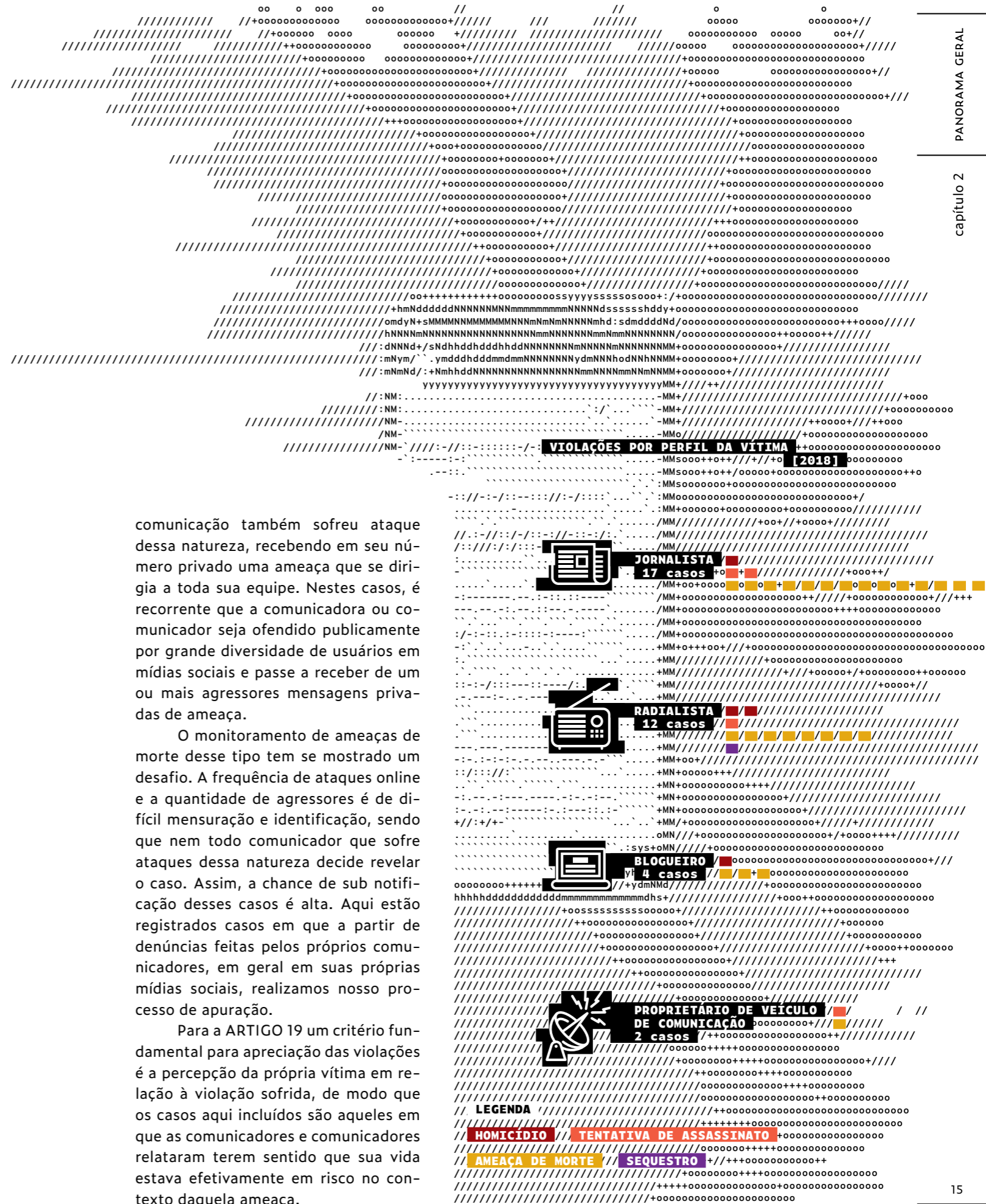
As violações online tiveram um papel significativo em 2018. Foram registrados 11 casos em que alguma ferramenta online serviu de meio para a veiculação de ameaça de morte, como aplicativos de mensagens, mídias sociais ou e-mails.

Os jornalistas foram as principais vítimas dessa forma de ataque, com 8 casos. Um proprietário de veículo de

comunicação também sofreu ataque dessa natureza, recebendo em seu número privado uma ameaça que se dirigia a toda sua equipe. Nestes casos, é recorrente que a comunicadora ou comunicador seja ofendido publicamente por grande diversidade de usuários em mídias sociais e passe a receber de um ou mais agressores mensagens privadas de ameaça.

O monitoramento de ameaças de morte desse tipo tem se mostrado um desafio. A frequência de ataques online e a quantidade de agressores é de difícil mensuração e identificação, sendo que nem todo comunicador que sofre ataques dessa natureza decide revelar o caso. Assim, a chance de sub notificação desses casos é alta. Aqui estão registrados casos em que a partir de denúncias feitas pelos próprios comunicadores, em geral em suas próprias mídias sociais, realizamos nosso processo de apuração.

Para a ARTIGO 19 um critério fundamental para apreciação das violações é a percepção da própria vítima em relação à violação sofrida, de modo que os casos aqui incluídos são aqueles em que as comunicadoras e comunicadores relataram terem sentido que sua vida estava efetivamente em risco no contexto daquela ameaça.



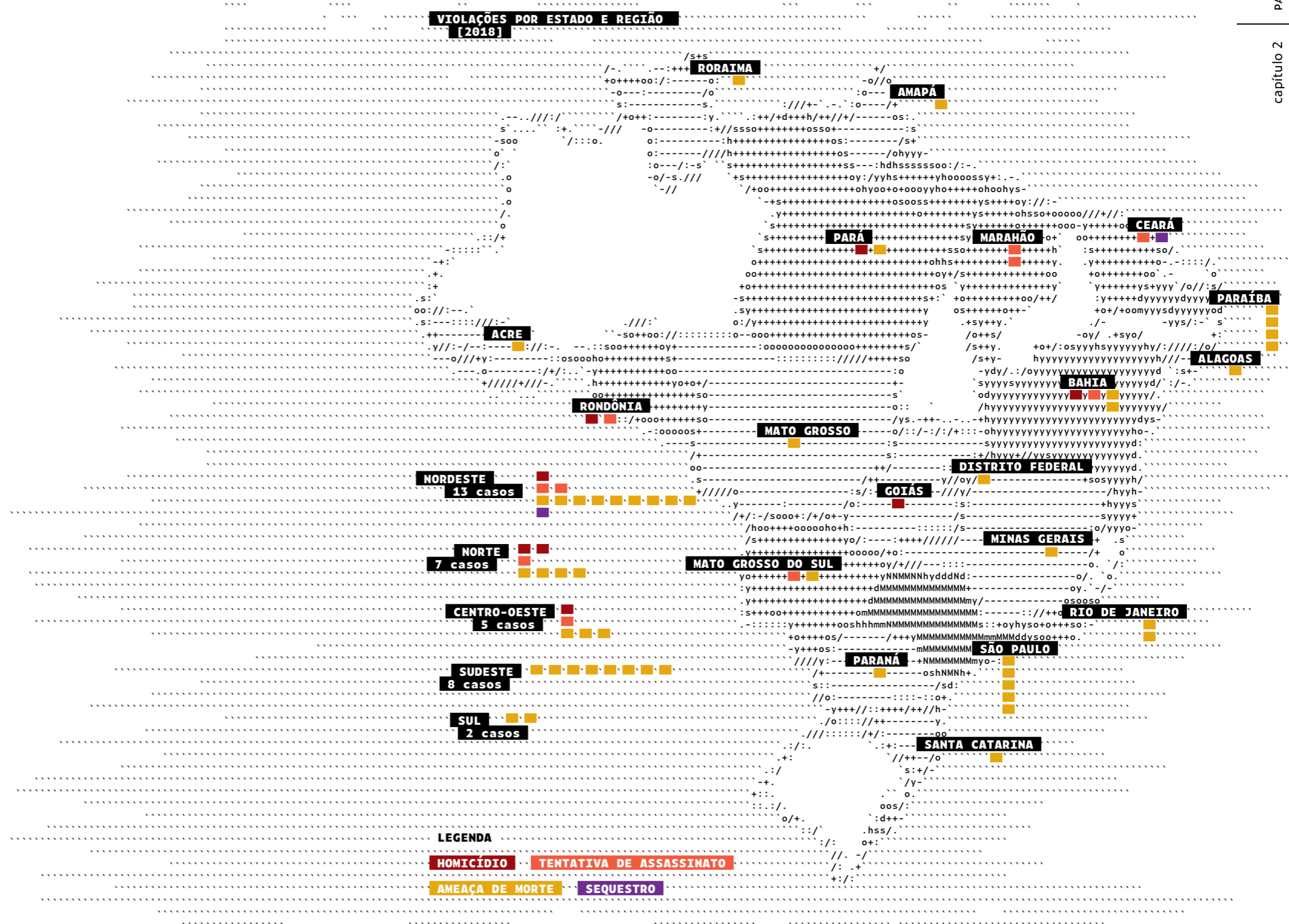
ONDE ACONTECERAM AS VIOLAÇÕES?

A região Nordeste mantém-se aquela com maior número de graves violações no Brasil, 13 casos (37%), seguida pelo Sudeste, 8 casos (23%), onde se concentra o maior número de veículos do Brasil. Mas deve-se ressaltar o salto de ocorrências na região Norte. Com 7 casos (20%), dentre eles dois assassinatos, a região teve seu ano mais violento desde que a ARTIGO 19 iniciou a publicação deste relatório.

São Paulo volta a ser o estado com maior número de casos, com 5 vítimas, repetindo o número de 2016 e 2017. Em seguida temos Bahia e Paraíba, cada um com 4 casos.

Novamente, cidades pequenas (aquelas com menos de 100 mil habitantes) concentram o maior número de violações, com 19 casos (54%). Dentre estes, 1 proprietário de veículo de comunicação, 2 blogueiros, 8 jornalistas e 8 radialistas. É nestas cidades também que os crimes mais violentos ocorreram. Dos 4 homicídios registrados, 3 se deram em cidades pequenas, e nelas ocorreram também as 4 tentativas de homicídio de 2018. As cidades médias, aquelas entre 100 e 500 mil habitantes, contaram com 8 casos (23%).

Entretanto, houve crescimento nos registros ocorridos em cidades grandes (com mais de 500 mil habitantes), o que se explica pelo aumento de ameaças online. Se em 2017 registramos apenas 2 graves violações em grandes municípios, foram 8 casos em 2018, todos de um mesmo tipo: ameaças de morte pela internet.



QUEM COMETEU AS VIOLAÇÕES?

No Brasil, agentes do Estado são os principais autores de violações contra comunicadores na figura de políticos, policiais e agentes públicos. Isto se verificou nos sete anos de publicação deste relatório, sendo que políticos são os principais violadores, atuando geralmente como suspeitos mandantes dos crimes. Em 2018, agentes do Estado responderam por 18 violações (51%), das quais 15 tiveram políticos por trás.

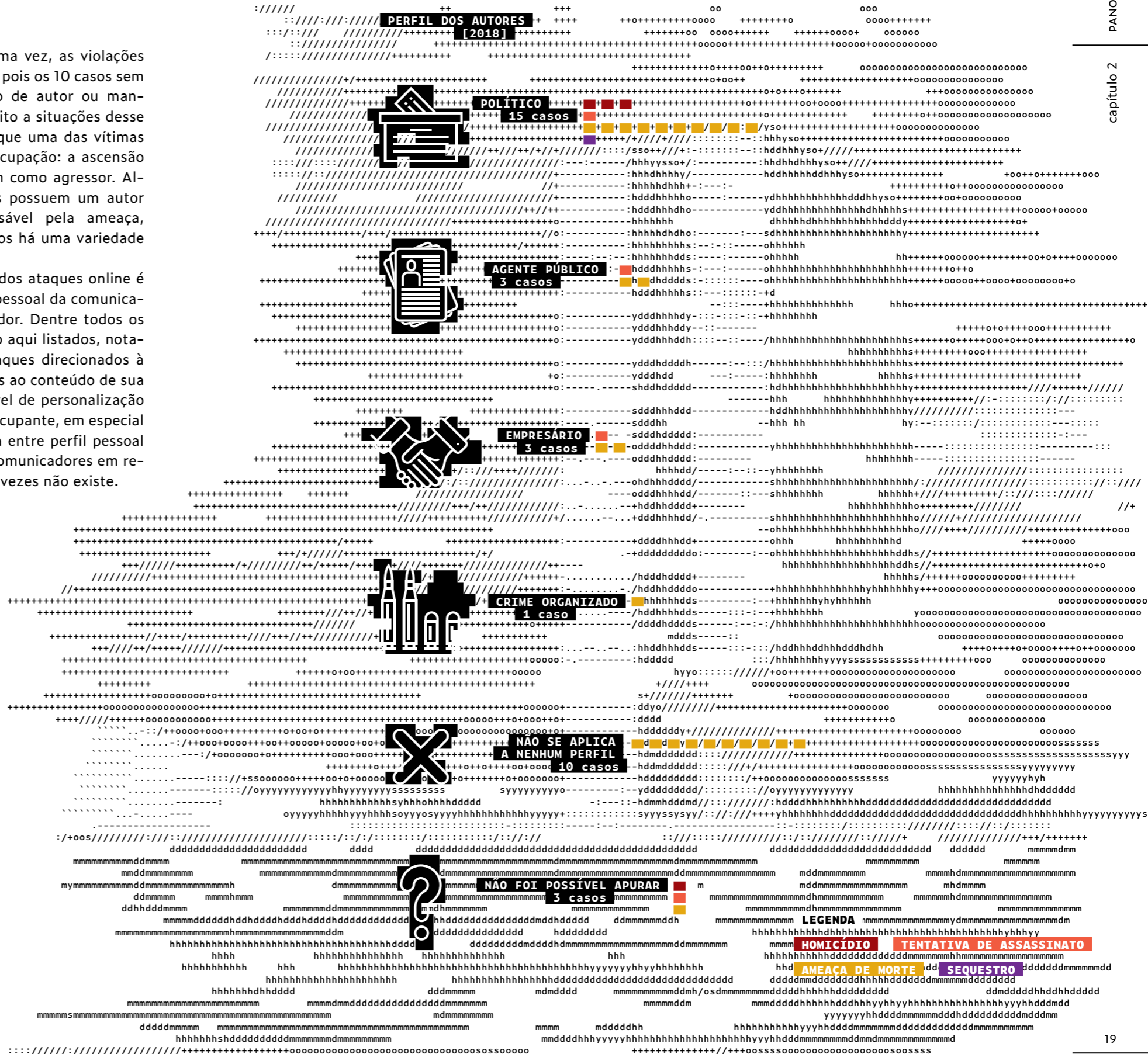
A principal motivação segue sendo a realização de denúncias, o que se nota em 26 dos casos apurados (74%). Em sete casos (20%), os ataques ocorreram a partir de críticas ou opiniões feitas pelo comunicador. Já em outros dois casos (6%) foram processos de investigação que motivaram as violações.

Porém, chama atenção o alto número de casos em que os autores não se encaixam em nenhum perfil especí-

fico. Aqui, mais uma vez, as violações online vêm à tona, pois os 10 casos sem perfil determinado de autor ou mandante dizem respeito a situações desse tipo. Trata-se do que uma das vítimas apontou com preocupação: a ascensão do cidadão comum como agressor. Alguns desses casos possuem um autor específico responsável pela ameaça, enquanto em outros há uma variedade de agressores.

Outro traço dos ataques online é o ataque à figura pessoal da comunicadora ou comunicador. Dentre todos os tipos de motivação aqui listados, notamos ofensas e ataques direcionados à pessoa, não apenas ao conteúdo de sua produção. Este nível de personalização da agressão é preocupante, em especial quando a fronteira entre perfil pessoal e profissional de comunicadores em redes sociais muitas vezes não existe.

ANDAMENTO DOS CASOS	Nº DE CASOS
Inquérito policial em andamento	6
Ação penal gerou sentença	1
Investigação concluída	6
Investigação não avançou	12
Vítima não procurou as autoridades	6
Não foi possível apurar	3
Autoridades não formalizaram a ocorrência	1



HOMICÍDIOS

Vítima	Perfil	Data	Cidade/UF	Motivação
Ueliton Brizon	Jornalista	16/01/2018	Cacoal/RO	Denúncia sobre político local
Jefferson Pureza	Radialista	17/01/2018	Edealina/GO	Denúncia sobre a administração pública local
Jairo Sousa	Radialista	21/06/2018	Bragança/PA	Denúncia sobre a administração pública local
Marlon Araújo	Blogueiro	16/08/2018	Riachão do Jacuípe/BA	Denúncias sobre políticos locais

Políticos são suspeitos de atuar como mandantes em 3 dos casos de assassinato cometidos em 2018. Em todos estes o procedimento é similar, com a contratação de serviços de pistolagem de terceiros para a realização dos crimes.

O jornalista Ueliton Brizon conduzia uma moto com sua esposa na garupa quando foram abordados por outra moto. O agressor dispararia vários tiros contra o comunicador, que seria socorrido com vida, mas morreria no hospital. Dono de um portal de notícias com cobertura de temas locais, Ueliton também realizava denúncias contra figuras de poder na cidade. Embora a investigação permaneça em aberto e haja suspeitas sobre executor e mandante, não foram efetuadas prisões após mais de um ano do crime.

Com perfil investigativo e denunciador, Jefferson Pureza, radialista de Edealina, já havia sido alvo de violações diversas. Por um ano e meio ameaças de morte lhe foram dirigidas, e a rádio onde trabalhava sofreu um incêndio em 2017 em circunstâncias suspeitas. Em janeiro de 2018, dois homens numa

moto o encontraram na garagem da casa de sua companheira e o mataram a tiros. Seis acusados de envolvimento no crime estão presos, dentre eles executor e mandante.

O também radialista Jairo Sousa vinha sendo alvo de ameaças e recados até ser assassinado na porta da rádio onde trabalhava por homens armados, quando chegava para o expediente. Com carreira diversa na mídia paraense, Jairo também era conhecido pelas denúncias contra políticos locais. Um grupo de pistoleiros acusado de estar envolvido na execução do crime foi preso, assim como um vereador local acusado de ser mandante do crime.

O quarto comunicador assassinado em 2018, Marlon Araújo, valia-se das redes sociais como sua plataforma. Por meio de vídeos no Facebook, realizava denúncias sobre problemas da administração pública e políticos de cidades diversas de sua região. Ele seria morto a tiros em sua casa em circunstâncias que permanecem pouco claras. O inquérito referente à morte de Marlon permanece em aberto, com poucos avanços.

TENTATIVAS DE ASSASSINATO

Vítima	Perfil	Data	Cidade/UF	Motivação
José Pereira	Jornalista	12.02.2018	Sidrolândia/MS	Denúncia sobre irregularidades em comércio local
Paulo Lourenço Dias	Jornalista	11.03.2018	Guaratinga/BA	Denúncia sobre atividade de criminoso local
Hamilton Alves	Radialista	20.04.2018	Jaguaruana/CE	Denúncia de crimes do poder público
Sandoval Braga	Radialista	21.09.2018	Jaru/RO	Denúncia sobre a administração pública local

Denúncias políticas marcam as tentativas de assassinato a radialistas em 2018. Sandoval Braga e seus companheiros na Rádio União seriam surpreendidos com a chegada de dois sujeitos encapuzados, no que parecia a princípio um assalto. Um dos homens dirigiu-se a Sandoval, mandou que se deitasse no chão para então disparar contra sua perna, dando-lhe um recado para que se calasse. A rádio União é conhecida em Jaguaruana pelas reportagens e comentários críticos à administração política local.

Já Hamilton Alves foi alvejado na estrada por 6 tiros, dois atingindo sua boca. Ferido, o comunicador saiu com seu carro da rodovia, sendo socorrido por um policial à paisana que passava pela região. Com socorro rápido e o encaminhamento ao hospital o radialista pode se recuperar com segurança. Hamilton vinha realizando denúncias de corrupção ligada à prefeitura da cidade de Governador Jorge Teixeira. Após o atentado, a operação "Abrindo o Jogo" da Polícia Civil de Rondônia realizou uma

série de prisões em Governador Jorge Teixeira. Hamilton, porém, permanece inseguro. Segundo relata, as prisões têm por alvo políticos locais que podem ter atuado como mandantes do crime; os executores, porém, seguem soltos.

Os outros dois casos são marcados por um possível engano sobre a autoria das denúncias que motivaram os ataques. Em um deles, José Pereira se espantou ao ouvir uma série de disparos na frente de casa. Saindo para a rua, notou quase 30 tiros desferidos contra sua residência, de onde opera o Sidrolândia News. As circunstâncias, porém, indicam que o atentado se deu por engano. Suspeita-se que o agressor estaria em busca de outro veículo que havia publicado matéria a respeito de ilegalidades cometidas em seu estabelecimento comercial. Em outro caso, Paulo Lourenço Dias foi tomado por seu agressor como aquele que havia feito denúncias sobre casos de violência sexual em sua cidade contra um amigo. Embora ciente do caso, Paulo não havia mencionado o caso em seus veículos.

AMEAÇAS DE MORTE

VÍTIMA	PERFIL	DATA	CIDADE/UF	MOTIVAÇÃO
Maxiana Avanzzi	jornalista	10/01/2018	Artur Nogueira/SP	Denúncia sobre a administração pública local
Luana Carvalho	jornalista	05/02/2018	Andradina/SP	Denúncia sobre político local
Édex da Silva Pereira	jornalista	13/02/2018	Sonora/MS	Denúncia de crime local
Marcelo Ribeiro	radialista	28/02/2018	Boa Vista/RR	Denúncia sobre corrupção
Juvenal Silva	radialista	03/2018	Delmiro Gouveia/AL	Denúncia sobre político local
Maíra Azevedo (Tia Má)	jornalista	01/03/2018	Salvador/BA	Opiniões e críticas sobre temas relacionados a racismo
Abrantes Júnior	radialista	13/03/2018	Patos/PB	Denúncia sobre políticos locais
Jozivan Antero	radialista	13/03/2018	Patos/PB	Denúncia sobre políticos locais
Gilberto Fernandes	jornalista	26/03/2018	Paranaguá/PR	Denúncia sobre administração pública local
Tião Maia	jornalista	17/06/2018	Rio Branco/AC	Denúncia sobre políticos locais
Ivan Salles	radialista	08/07/2018	São Luiz Gonzaga/MA	Denúncia sobre administração pública local
VipSocial	jornalista	12/07/2018	Tijucas/SC	Denúncia sobre crime organizado
Fillis Niozges	jornalista	14/07/2018	Barra/BA	Denúncia sobre administração pública local
Guilherme Deazo	jornalista	30/07/2018	São Paulo/SP	Crítica/opinião sobre racismo

Vítima	Perfil	Data	Cidade/UF	Motivação
Luciano Ramos	radialista	08/2018	Caaporã/PB	Denúncia sobre administração pública local
Adenilson Miguel	blogueiro	09/08/2018	Bandeira do Sul/MG	Investigação sobre administração pública local
Cláudio Sabá	blogueiro	30/08/2018	Caxias/MA	crítica/opinião sobre empresário local
André Nunes Rocha	jornalista	09/2018	Rio de Janeiro/RJ	Crítica/opinião
Amanda Audi	jornalista	28/09/2018	Brasília/DF	Denúncia sobre práticas anti-éticas de comunicadora
Muvuca Popular	proprietário de veículo de comunicação	03/10/2018	Cuiabá/MT	crítica/opinião sobre processo eleitoral
Rádio Educadora	radialista	10/10/2018	Gurupá/PA	Denúncia sobre administração pública local
Patrícia Campos Mello	jornalista	18/10/2018	São Paulo/SP	Investigação sobre processo eleitoral
Nezimar Borges	jornalista	18/10/2018	Macapá/AP	Denúncia sobre
Eduardo França	Radialista	05/11/2018	Caaporã/PB	Denúncia sobre práticas ligadas a processo eleitoral
Anderson França	blogueiro	2018 como um todo	Rio de Janeiro/RJ	Crítica/opinião
Leonardo Sakamoto	jornalista	2018 como um todo (jun - nov intensificado)	São Paulo/SP	Crítica/opinião

As 26 ameaças de morte apuradas em 2018 são o maior número desse tipo de violação já registrado pela ARTIGO 19. Como já mencionado, o aumento se deve em especial às ameaças online, que respondem por 11 casos, todas essas cometidas por um perfil não específico dentre os perfis categorizados na metodologia da ARTIGO 19

Para além do efetivo risco de que uma ameaça venha a se concretizar, a perturbação psicológica das vítimas e a imposição do medo são efeitos claros. E o teor do conteúdo da ameaça precisa ser levado em conta. Sobre esse aspecto,

as narrativas de ameaças sofridas por mulheres comunicadoras precisam ser percebidas em sua especificidade. Comunicadoras relataram que em ameaças e ofensas recebidas o fato de serem mulheres, ou mesmo mães, servia como elemento das agressões. Ameaças de violência sexual, ataques a filhos e família e ofensas de teor misógino constroem o discurso de agressores.

Uma ameaça de morte por vezes é um recado pontual, um evento particular que serve como forma intensa de intimidação. Em outras situações, a ameaça se dá em meio a um contexto

de outras violações em curso, sendo uma escalada de agressividade na tentativa de silenciar uma comunicadora ou comunicador. **A ausência de investigações rápidas ou a deslegitimação da denúncia apenas perpetuam o sentimento de risco e insegurança para o comunicador.**

Tal situação se observou em determinados casos apurados. Em um dos casos de ataques aos veículos de comunicação, por exemplo, a vítima não viu em meses nenhum avanço para que se encontrassem os suspeitos de cometerem disparos contra a sede de seu veículo. Sentindo-se em risco, decidiu afastar-se do trabalho jornalístico.

Diante de insuficiências de respostas do Estado, há comunicadores que buscam estratégias próprias de defesa. Num dos casos apurados, um comunicador havia realizado acordo com o agressor em audiência de conciliação para este fizesse uma retratação pública nas redes quanto à agressão e ameaça que realizara. A retratação não foi realizada como esperado, pois o agressor manifestou-se em uma rede social onde possuía visibilidade muito baixa. O comunicador decidiu publicar em rede de maior alcance todo o

caso, inclusive com vídeo da situação de agressão e ameaça e cópia do Boletim de Ocorrência. A repercussão surtiu efeito, ampliando a visibilidade e apoio popular ao caso, o que levaria à exoneração do agressor de seu cargo público.

Esse caso demonstra ainda que as vítimas muitas vezes têm suspeitas ou até mesmo conhecimento sobre quem são seus agressores e este elemento deveria ser central para as investigações.

Outras tentativas de silenciamento, ainda que inicialmente bem sucedidas, fracassam com o tempo e com o apoio da comunidade pela permanência dos meios de comunicação. É o caso da rádio Educadora, em Gurupá (PA), alvo de um incêndio criminoso que destruiria completamente seus equipamentos. Uma ação do tipo já havia sido tentada meses antes, sem sucesso. Em outubro, os agressores conseguiram. O caso ganhou grande repercussão, gerando comoção popular no município. E em algum tempo, a rádio se reergueu. Com auxílio da fundação Dema, a associação ligada à rádio obteve um financiamento que permitiu a compra de novos equipamentos e recuperação das instalações para voltar ao ar.

SEQUESTRO

Vítima	Perfil	Data	Cidade/UF	Motivação
Ilton Santos	Radialista	25.01.2018	Morrinhos/CE	Denúncia

O crime de sequestro de comunicador é pouco frequente dentre as graves violações apuradas pela ARTIGO 19 no Brasil e não havia mais sido registrado desde 2014. Mas em 2018 um caso ocorreu, sendo na verdade apenas a primeira violação dentre uma sequência de outras sofridas pelo radialista Ilton Santos naquele ano, apresentador do programa "É de Lascar", na rádio Liberdade em Morrinhos (CE).

Em 25 de janeiro, ao sair da rádio Ilton foi abordado por uma pessoa armada que o forçou a entrar em seu próprio veículo e conduzi-lo para destino desconhecido. Com uma manobra brusca, o radialista jogou o carro em direção a uma cerca e escapou. Semanas depois, o comunicador recebeu mensagens em seu celular de um vereador da cidade em tom de ameaça. Em Abril, novo episódio. Ao reportar os

problemas causados por uma enchente em Morrinhos, Ilton foi abordado uma secretária da prefeitura municipal acompanhada de um homem enquanto três carros os aguardavam do lado de fora. Acusando o veículo de disseminar mentiras, a secretária disse ao radialista que desligasse os equipamentos, o que não foi aceito pelo radialista. Após a situação de tensão, a secretária e sua equipe deixaram o local.

A cobertura política e a abertura de seu programa à voz da população já vinham incomodando as autoridades de Morrinhos desde 2017, quando vereadores do município tentaram aprovar um requerimento que exigia acesso à gravações do "É de Lascar". Repudiado por entidades como o Sindicato dos Radialistas do Interior do Ceará e pela Associação de Jornalistas do Interior do Estado, o requerimento foi arquivado.

CAPÍTULO 3

ELEIÇÕES E VIOLÊNCIA ONLINE: O ESCANCARAMENTO DE UM NOVO CENÁRIO DE VIOLAÇÕES

_O ANO VIOLENTO para comunicadores lança luz a um cenário de perigo e perseguição a esses profissionais. Mas não são apenas os crimes mais brutais que devem nos chamar a atenção; é preciso atentar também para a disseminação da violência em outras escalas, em suas práticas e atores cotidianos e no impacto dessas violências na comunicação e na liberdade de expressão.

Como já mencionado, o processo eleitoral se destaca como um pano de fundo que incrementou o cenário de violações. No entanto, quando nos referimos ao processo eleitoral, nesse contexto das violações, estamos analisando um período maior do que o da campanha oficial, já que a cobertura política das eleições e a pré-campanha começam muito antes e já motivam uma série de violações. Basta notar que já no dia 2 de janeiro de 2018 o repórter fotográfico Guilherme Santos, do portal Sul 21, teria uma pistola apontada para sua cabeça em abordagem da Brigada Militar após a realização de fotos externas do prédio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, onde seria julgado o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até depois da comemoração da eleição presidencial de Jair Bolsonaro, em outubro, eventos de agressão a comunicadores continuaram sendo registrados.

O contexto político-eleitoral foi, portanto, decisivo para o aumento do risco e das ocasiões de violência contra comunicadores, sejam estas atentados contra a vida ou não. Voltadas a cargos federais e estaduais, as eleições somam-se ao contexto político cotidiano e local dos municípios.

A política como pano de fundo está presente em 26 (74%) das 35 violações contra a vida registradas neste relatório. Os enredos são os mais diversos: coberturas de casos de corrupção, denúncias contra a administração pública ou mesmo investigações sobre aspectos do processo eleitoral. Na maioria desses casos a autoria intelectual da violação é de políticos, mas há também empresários, agentes públicos e um perfil que tornou-se especialmente recorrente, o de cidadãos sem perfil definido.

Considerando todos os tipos de violação documentados em 2018 pela ARTIGO 19, para além das mais graves aqui apresentadas, mais da metade das 184 ocorrências possuem relação com contexto político, contabilizando 95 casos. Vale dizer que dentre essas ocorrências há aquelas que envolvem mais de uma pessoa, como no caso de ataques a equipes de reportagem ou redações.

CONSTRUINDO A MOTIVAÇÃO PARA VIOLAÇÕES

„AINDA QUE A MOTIVAÇÃO para os ataques opere de formas diversas entre os tipos de agressores, há um objetivo compartilhado de silenciamento e depreciação do trabalho de comunicadores. E sobre esse ponto, há um aspecto para o qual gostaríamos de chamar atenção: a crise de credibilidade do papel de comunicadores é um elemento chave na construção da motivação para a violência.^{2,3}

Observando a forma dos ataques, é comum que agressores verbalizem que os veículos e comunicadores tornados alvo não são confiáveis, não têm credibilidade, são movidos por interesses espúrios, não são imparciais. Esse questionamento volta-se ao comunicador como sujeito e, eventualmente, ao veículo que ele representa, ignorando-se o discurso.

Em diversos casos, essa posição se expressa como ofensa, intimidação, constrangimento e ameaça, tornando o questionamento da credibilidade uma forma de ataque pessoal e tentativa de destruição de reputação.^{4,5}

Obviamente, não se trata aqui de questionar até que ponta é fundamentada essa falta de credibilidade. Ainda que essa seja uma discussão importante para comunicação hoje e haja questionamentos legítimos do papel da mídia no processo de desinformação, contrariando seus princípios mais básicos, estamos aqui analisando ataques e violações contra que faz comunicação, ações de violência que não podem ser justificadas com base em qualquer juízo de valor sobre a qualidade da comunicação.

Nesse sentido, o papel de figuras públicas e autoridades é fundamental tanto para a legitimação e fortalecimento do papel da mídia quanto para a própria deslegitimação do trabalho dos comunicadores, a ponto de expô-los e vulnerabilizá-los ainda mais. Quando essas figuras reafirmam um discurso de descredibilização de comunicadores, é a liberdade de expressão que se coloca em risco, uma vez que tais declarações participam da construção da motivação para a violência. Esta forma de questionar o trabalho da imprensa não pode ser justificada ela própria como uso da liberdade de expressão já que se insere num conjunto de ações que tem por fim o silenciamento de outros. Essa postura é ainda mais preocupante tendo em vista que políticos são os perfis mais frequentes de suspeitos mandantes das violações, o que gera inquietudes sobre a postura de políticos com relação a profissionais da comunicação e como **autoridades públicas se inserem no ciclo completo que leva à reprodução dessas violações: da deslegitimação pública ao ataque direto contra a vida.**

Em muitos casos, jornalistas sofreram ataques justamente por sua atuação contra a desinformação, seja por seu trabalho como checadores ou pela investigação dos contextos de produção e disseminação de notícias falsas. Há situações ainda em que, mesmo não tendo atuado no combate ou investigação da desinformação, comunicadores se tornaram alvo de notícias falsas a seu próprio respeito.

O ambiente on-line é o campo principal desses ataques, que se dão de formas diversas. Vale notar que nesse espaço o limite entre público e o privado é difícil de distinguir, sendo que comunicadores frequentemente se valem de seus perfis pessoais em redes sociais para divulgar suas produções jornalísticas ou mesmo emitir opiniões. É justamente através desses perfis que boa parte das violações se dá, como ofensas em massa, invasão das contas, ameaças de agressão ou mesmo de morte.

Num contexto como esse, a personalização do exercício da comunicação se acentua enquanto fator de risco, uma vez que os ataques não visam questionar a apenas a informação publicada, mas também lesar o veículo e o comunicador. Isso se nota quando os perfis pessoais de comunicadores que integram grandes veículos são atacados em redes sociais. Mas o problema se acentua ainda mais no contexto de cidades pequenas e comunicadores locais, onde a fusão entre a figura privada e pública de um comunicador é ainda maior. Não raro, é o nome do comunicador que dá título ao blog ou à página de alguma rede social, é o nome do comunicador que se destaca no programa da rádio, muitas vezes feito como horário alugado por radialistas que não possuem vínculos formais com as emissoras.

Infelizmente, essa dinâmica percebida em cidades pequenas também tem sido observada no âmbito da nova gestão do governo federal. Nos primeiros cem dias de governo, analisados pela ARTIGO 19 até o fechamento desta publicação, diversos casos demonstraram um comportamento sistemático de hostilidade do presidente com relação à imprensa. Os casos vão desde dificuldades para participar de eventos e coleti-

vas de imprensa a ataques mais diretos ou tentativas de desqualificação do jornalismo em notas oficiais e publicações em redes sociais, sobretudo no Twitter do próprio Presidente da República e de seus filhos (também autoridades públicas eleitas). Muitas vezes, os ataques são intensificados por apoiadores, que iniciam ou escalam sua circulação online sem que haja qualquer sinalização da presidência no sentido de tentar conter os seus impactos ou ao menos reprovar publicamente a prática. Ao contrário, há uma retroalimentação de

Os 10 casos mais emblemáticos foram reunidos em uma linha do tempo⁶ e revelam um contexto adverso para o exercício da profissão que pode conduzir a um cerceamento do direito à informação de toda população.

[6] <https://infogram.com/linha-do-tempo-1h7j4d9wn1pv2nr>

[2]

BELDA, Francisco Rolfsen; SANTOS, Gabriella Soares dos. A concepção e a percepção da credibilidade no jornalismo, Revista Anagrama, São Paulo, ano 11, v. 1, jan.-jun. 2017.

[3]

BELDA; SANTOS, 2017, p.4.

[4]

Cunhado no dossiê Information Disorder – Toward na interdisciplinar framework for research and policy making, de Claire Wardle e Hossein Derakhshan, o termo desordem da informação categoriza os diferentes modos de usos de informação de modo problemático e potencialmente lesivo, identificando assim fenômenos diversos que se dão como formas de ataque a comunicadores. O diagrama aqui presente é uma tradução presente no Manual da Credibilidade a partir do dossiê Information Disorder – Toward na interdisciplinar framework for research and policy making, de Claire Wardle e Hossein Derakhshan. O diagrama insere-se na ampla e completa discussão sobre a desinformação promovida pelo manual, material desenvolvido no âmbito do Projeto Credibilidade. Para mais informações, consulte <https://www.manualdacredibilidade.com.br/projeto> e <https://www.manualdacredibilidade.com.br/5desinformacao>

[5]

Para uma análise mais específica sobre a desinformação como forma de ataque contra comunicadores, confira a publicação online Desinformação, eleições e liberdade de expressão, lançada em fevereiro de 2019 pela Artigo 19, em especial o capítulo 3 – Ameaças.



“O primeiro exílio que o comunicador de periferia está sofrendo hoje no Brasil é dentro da própria periferia”

“VOCÊ ESTÁ ANDANDO PELA CIDADE, É ISSO?”

“Isso. Aqui, a gente anda muito, porque táxi aqui é caro. Então a gente pega longas distâncias aqui, 5 km fazendo uma coisa e outra”, diz Anderson França enquanto caminha pelas ruas de Lisboa. Ainda se estabelecendo na nova cidade – onde não tem carta de motorista, carro ou dinheiro sobrando para o transporte, as longas caminhadas são a principal forma dele se deslocar. É numa dessas andanças que concede essa entrevista.

Motivado pelas ameaças que vem sofrendo há tempos, o escritor, empreendedor e comunicador decidiu deixar o Brasil ao final de 2018. O movimento de autoexílio em razão de contextos de violência vem se ampliando. Além de Anderson, a ativista Sabrina Bittencourt, o Deputado Federal eleito pelo Rio de Janeiro Jean Willys e a professora de filosofia Márcia Tiburi também saíram do país.

Autor do livro de crônicas *Rio em Shamas* e criador do projeto de educação e empreendedorismo popular, Universidade da Correria Anderson França é nascido na zona norte do Rio de Janeiro. Em suas crônicas, retrata o cotidiano da vida urbana e seus personagens com a agilidade da linguagem informal e popular, atento aos pequenos e cômicos absurdos do cotidiano. Voz ativa nas redes sociais, o escritor também discute com frequência temas ligados à política, racismo, ações policiais e seus impactos para a população periférica.

Nessa conversa com a Artigo 19, Anderson reflete sobre o que é ser comunicador na periferia, os riscos e desafios dessa empreitada e conta do histórico de ameaças e violações que sofreu.

CAPÍTULO 4
ENTREVISTA:
ANDERSON FRANÇA



[A19]

Anderson, você tem uma atuação muito diversa você é empreendedor social, escritor, professor E dentre tudo isso você também é um comunicador. Em quais espaços que você tem exercido e exerceu o seu trabalho como comunicador?

[AF]

Bom, espaços corporativos que me pagaram foi a TV Globo, a Conspiração Filmes, a fábrica produtora e a Companhia das Letras. Eu acho que foram esses os trabalhos mais relevantes. Trabalhos também remunerados e menores: para a Fundação Telefônica, Brasil Foundation, ImpactHub no Brasil. Todos esses pequenos trabalhos dialogavam com a realidade de periferia, então eles precisavam de um comunicador que tivesse capilaridade na periferia para falar por eles. Fora isso, os trabalhos de comunicação que eu fiz bem na base, o primeiro foi o AfroReggae. Uma coisa importante de 2010 para cá, é que os ativistas passam a ter mais acesso à internet. O próprio smartphone e sua tecnologia, as redes sociais, que também vieram de 2010 para cá, e a política de crédito que Lula cria para a gente poder comprar um celular, todos esses fatores foram determinantes para que uma pessoa de favela tivesse acesso à rede. E eu sou dessa geração aí, dessa primeira geração de comunicadores de periferia que entrou na rede. Quando você é da Periferia, você precisa ter público para poder se comunicar, então é uma riqueza muito grande, é um capital muito grande ter esse tipo de rede.

[A19]

Pensando um pouco nesse papel de um comunicador na periferia, o que é exercer esse papel e quais riscos você considera que esse trabalho envolve?

[AF]

Eu acho que, olhando para trás, para os últimos 9 anos, o comunicador de periferia descobriu uma fórmula para alcançar um público muito grande sem necessitar de um jornal, sem necessitar de uma mídia de uma mídia tradicional, de uma mídia remunerada. Então, muitas vezes um escritor de periferia pode ser mais lido que um colunista de Globo, que um colunista de Jornal do Brasil, o que faz até com que alguns sejam contratados para escrever nos jornais.

[A19]

Então essa forma de “democracia” das redes é o que talvez mais signifique ser comunicador de periferia: é você conseguir ter acesso a muitas pessoas que você não tinha antes. E isso é positivo em muitos sentidos, porque as pessoas passam a te ler diariamente.

[AF]

O risco disso é que não só as pessoas que concordam contigo vão te ler. As pessoas que você critica, os policiais, vão te ler. Então, se você criticar policiais, os policiais vão ler você. Se você criticar traficantes, os traficantes vão ler você. Se você criticar políticos, os políticos vão ler você. Então, o risco é que quem te lê não é só gente que te

admira, mas gente que começa a perceber o seu lugar na sociedade e busca também disputar com você uma narrativa. E quando você mora na periferia, essa disputa de narrativa ela, invariavelmente, pode envolver violência. O silenciamento de pessoas na periferia é algo exposto e as pessoas estão muito vulneráveis por causa da ausência de direitos civis plenos na periferia.

Raul Santiago [ativista social e membro do coletivo de comunicação Papo Reto, formado por moradores do Complexo do Alemão e Penha no Rio], ele hoje é um cara ouvido por milhares de pessoas, mas ninguém garante a segurança dele, ele continua no mesmo lugar. Ele continua sob os mesmos efeitos da violência que ele denuncia. Então os riscos são muito grandes. E aí só piora na medida em que você envolve os recortes de gênero e de raça: se você é uma mulher, se você é gay, se você é preto. Dentro da periferia tem a questão do território, gênero, classe e raça.

[A19]

A condição e segurança do comunicador de periferia, ela é frágil.

[AF]

São duas eras muito diferentes: quando a gente é comunicador no período do Lula, na década em que o governo do PT estava no poder; e na década em que se estabelece o golpe e a ascensão de Bolsonaro. São duas periferias diferentes, são dois países diferentes, na ver-

dade. A América Latina nesse período todo, nesses últimos 20 anos acho, vai fazendo uma curva à direita, uma curva às vezes violenta. E hoje, o Brasil que nós temos é um Brasil em que a própria periferia apoiou o Bolsonaro. Então, a sensação de desterro, a sensação de não apoio que nós temos na periferia é muito grande.

O primeiro exílio que o comunicador de Periferia está sofrendo hoje no Brasil é dentro da própria Periferia. Ele já não é entendido mais lá dentro, ele é desprezado, ele é rejeitado dentro da periferia, que também se torna um lugar violento para ele do ponto de vista narrativo. A igreja não quer saber dele. O mercado, o mercadinho, o açougue, a escola não quer saber desse cara. Ele é um problema, ele é um comunista. Então ele já começa a ser exilado dentro.

[A19]

A gente tem visto no nosso trabalho muitos comunicadores que manifestam uma condição de risco, que publicizam que estão sofrendo ameaças e são deslegitimados publicamente. Isso toca no que você fala da insensibilidade à violência. Como é que se pode construir uma permeabilidade a essas situações, ao que pessoas como você, por exemplo, estão vivendo?

[AF]

Eu nunca passei pelo que eu estou passando, então eu não sei exatamente como responder essa pergunta. Mas eu



[AF]

quero acreditar que existe alguma saída para que se crie sensibilização com essas pessoas. E ao pensar em saída, eu tenho que pensar em diálogo; e ao pensar em diálogo, eu tenho que pensar em ceder. E ao pensar em ceder eu tenho que pensar em entender a linguagem e o tempo onde essa pessoa está, que não é o meu. E aí reside uma crítica minha: a academia não é capaz de fazer isso hoje. Porque a academia quando olha para a igreja evangélica, ela olha de uma forma exógena, e de uma forma preconceituosa com relação a fé popular, que a fé popular brasileira estava resolvida entre o catolicismo não praticado e as matrizes africanas que eram fetichizadas. Mas você tem uma prática religiosa acontecendo, para o bem ou para o mal, nas camadas populares, que é a igreja neopentecostal. E para você dialogar com esse sujeito, você precisa estar sensível a cosmovisão que esse cara tem do mundo, que é monoteísta e conservadora. Se você não conseguir ter sensibilidade primeiro com o mundo desse cara, você não vai conseguir nem sensibilidade pra entender o teu mundo. Aí é que reside o grande desafio pra muita gente hoje da esquerda e que foi chamada atenção pelo Mano Brown.

[A19]

E, nesse sentido da sensibilização, o comunicador de periferia não poderia exercer um papel? Ou esse papel está silenciado, esse papel não está sendo exercido como poderia?

Então, o comunicador de periferia ele exerce esse papel internamente, muitas vezes tentando explicar o mundo para o periférico. Mas esse comunicador de Periferia ele não... Repara bem: os grandes comunicadores de periferia não são de esquerda, ou não são prioritariamente de esquerda. Eles são pessoas que compreendem as nuances locais, compreendem as dificuldades do outro, o outro dele, o periférico, e não jogam pesado no discurso político e ideológico. Eles fazem uma coisa mais soft, mais diálogo.

[A19]

Pensando um pouco nessa posição do comunicador de periferia, independente do lado político para o qual ele vá, você está dizendo que ele está numa outra posição de escuta. Não é só o que essa pessoa está dizendo para os outros, ela está numa outra posição de escuta com seu público.

[AF]

Principalmente essa posição. Porque o comunicador de periferia, ele joga em duas frentes: ele ouve de dentro e leva para fora, ele ouve de fora e leva para dentro. Então ele acaba fazendo uma escuta dos dois lados. E ele meio que tenta, com os recursos dele, filtrar ou interpretar para cada lado o que está acontecendo. O comunicador de periferia é um grande mediador social que fica de um lado e de outro o tempo todo

levando comunicação. Nenhum conteúdo nasce só na gente, nasce no contexto. A gente pensa que pelo cara não ter frequentado faculdade, pelo cara não ter muito repertório, ele só olhou aquilo, escreveu, ele não foi capaz de uma análise intelectual sobre aquilo. E ele foi. O sujeito da periferia, o comunicador, ele é capaz de análise, ele é capaz de elaborações.

Eu estou falando com você aqui, boa parte das palavras que eu estou articulando para falar com você foram aprendidas ao longo dos anos, de outros jornalistas, de outros acadêmicos, de pessoas que eu peguei essas palavras. E uso palavras num determinado contexto para poder destravar em você o sentimento de que eu posso falar a mesma língua que você. Mas se nós estivéssemos hoje numa favela, uma roda de conversa, você veria que eualaria uma linguagem diferente.

Ou seja, o sujeito da periferia, ele é capaz de articular e de elaborar o pensamento, de elaborar até os vocabulários, os dialetos, para conseguir falar com cada público especificamente. A minha linguagem original, cara, a minha linguagem é outra, minha linguagem é de periferia. E lá a gente fala um monte de gíria. Mas a gente aprende inclusive a falar a linguagem do asfalto e a linguagem de dentro. Todas essas páginas de humor, Nordeste da Depressão, Olinda da Depressão, Suburbano da Depressão. O pessoal que faz isso é gênio.

Eles conseguem, aos poucos, fazer uma etnografia deles mesmos a partir do humor. Esse maluco aí, o Whinderson, esse cara aí é um gênio. O outro maluco lá, Lucas Albert, o outro lá, que fazem um negócio no Instagram enorme, um dos maiores do mundo, dentro de uma vila no nordeste. Esses caras são geniais. Isso não tem aqui [na Europa], cara.

[A19]

As ameaças que você sofreu ali logo antes da FLIP, em 2017, elas ganharam uma repercussão muito grande. Mas elas foram só um dentre vários outros episódios vividos por você. Você podia contar um pouco para gente desses episódios?

[AF]

2018 teve a ameaça do Marcelo, do grupo do Marcelo, que continuou de 2017 para 2018. O mesmo grupo continuou mandando ameaças por e-mail e mesmo com o inquérito aberto, que culminou com a prisão dele, eu recebi outras mensagens que diziam que não adiantava ele ser preso, que eles iriam me achar. Inclusive essas mensagens duraram mesmo quando eu cheguei em Portugal. Essas mensagens eu divido por categoria: desde mensagens de caixa de mensagem, por e-mail. Já chegou por telefone, descobriram uma vez. Invasão de residência, que foi a mais grave. E grampo também, já aconteceu.



[A19]

Ameaças visando sua vida e ataques físicos?

[AF]

É, explicitamente e com todas as palavras e dizendo o que faria. Explicando que vai esartejar, dizendo exatamente... Foi a mesma galera que fez com o Jean [Willis] e que fez com a Lola [Aronovich], blogueira e professora universitária]. A mesma galera.

[A19]

E tem um perfil, um padrão no perfil desses agressores? Um padrão?

[AF]

Tem um padrão na linguagem, um dos padrões é linguístico. Todos eles se preocupam muito em explicar o tipo de prática para tortura e crime. E essa preocupação acaba revelando que as práticas são similares. A impressão que dá é que todos leram o mesmo negócio para falar o que vão fazer. Então parece que tem uma única fonte de informação que diz: é para esartejar, depois para tacar fogo, colocar num saco preto e etc. Então dá a entender que é o mesmo grupo falando, porque todos apresentam ameaças similares. Outro padrão é que me parece que são homens brancos, e que estão associados à tecnologia, aos games, ou aos fóruns de internet em que se passa muito tempo junto. E a presença permanente esses

homens juntos gera um ambiente de permissividade e de falas mais homofóbicas, xenofóbicas e racistas.

Eu participei de um desses para ver quem é que estava me ameaçando e vi que eles falam de jogos. São homens que ficam jogando, e são homens desempregados, são homens que não querem emprego, não tem relacionamento social permanente, tem problemas com mulheres e ficam em casa acessando a internet por longas horas sem trabalhar, e as suas frustrações vão gerando ódio. Eles se odeiam e projetam o ódio nos outros.

[A19]

A violência e as ameaças foram um elemento central para sua saída do país. Mas antes de deixar o Brasil como que essas ameaças interferiram no seu cotidiano? Que efeitos que essa violência constante, essas mensagens, essas ações, produziram na vida cotidiana?

[AF]

Então, desde o primeiro aspecto que é o psicológico, até o de mobilidade mesmo e liberdade. Você lidar com 6 milhões de pessoas por mês - quem lê minhas coisas é isso - você começa a desconfiar de todo mundo. Então, por exemplo, na minha página, qualquer mínima ofensa pessoal eu bloqueio a pessoa, porque eu não sei se essa pessoa está sendo ela mesmo ou se existe alguma coisa por trás dela. E essa é uma política que eu

assumi e não vou mudar. Mas isso já é uma perda de liberdade. Porque eu deixava antes todo mundo escrever, agora eu não deixo mais. Aí, em se tratando de zona norte e Rio de Janeiro, eu já não iria a todos os lugares, com medo de certos horários, com medo de certos lugares. E as pessoas sabiam onde eu morava. Uma dessas pessoas tirou uma foto da minha mãe numa feira, dizendo que ia matar ela. Então a restrição de liberdade na prática foi muito grande. E quando o Bolsonaro se elege de fato, ali ficou consolidado que nós não podíamos mais ficar naquele lugar. Então, a sensação ela vai do medo para uma sensação muito maior de desamparo e de insegurança, que é muito grande.

[A19]

Pensando um pouco nos seus textos e na sua trajetória, uma coisa muito marcante é que você mudou muito de casa. E agora você mudou de novo, talvez a mais radical dessas mudanças. Como é que é essa questão hoje de casa, você sente que você tem uma casa?

[AF]

Não, não tem mais não. Isso acabou. Esse sentimento de casa acabou mesmo. Eu fiquei em Londres esses dias trabalhando lá, quando eu voltei para cá eu não voltei para casa, eu voltei para cá. Aqui não é a minha casa. A nossa saída não é exatamente planejada, a gente não veio estudar, a gen-

te não veio trabalhar, a gente não quis vir. A gente teve que vir. E não existe pra mim sentimento de casa. Quando eu olho para trás, para o Brasil, também não é mais minha casa. Porque se tornou um país que eu não reconheço mais. E não foi o país pelo qual eu lutei. Isso que está aí, não é o que eu lutei.

[A19]

Mas agora tem muita coisa nova que você está construindo, com projetos que se expandem para diversos países. Você está em uma vida itinerante, digamos assim?

[AF]

É, é bem isso mesmo. Você passa a ter uma... você passa por um processo esquisito de criação de uma persona pública. Marina [Silva] me ajudou a entender a importância de falar. Quando Marina abre a boca para falar com a imprensa, ela está sendo Marina. A construção de muitos anos de narrativa. Então eu estou passando por isso aqui. Quando eu vou na Universidade de Cambridge, eu falei numa palestra que tinha professor de primeiro-ministro da Inglaterra. O cara estava me vendo. Eu fui em Oxford, tinha gente importante para caralho. quando você se coloca para uma plateia tão grande em termos de relevância acadêmica, e você não é nem acadêmico, você precisa exercer, fazer o exercício de se construir publicamente.

[AF]

Então você não tem mais casa, você tem a si mesmo, você tem a sua história, a sua narrativa, o lugar onde você mora é a tua narrativa.





CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

O AUMENTO DA VIOLÊNCIA contra comunicadores em 2018 é preocupante e mostra que o aparente ciclo de melhora que vinha se esboçando nos anos anteriores não se consolidou. O Brasil segue um país de alto risco para essa forma de atuação em prol da liberdade de expressão.

Os 4 homicídios e 4 tentativas de assassinato são a face mais violenta dessa piora. Tais casos não devem elevar as já altas taxas de impunidade relativas a esses crimes no Brasil. A ampla repercussão e rápida ação policial em ao menos dois dos casos de homicídio ainda constituem exceção.

A violência contra radialistas, em especial em cidades pequenas, não para de crescer no Brasil. Perfil muito vulnerável, o radialista é muitas vezes a voz de locais com pouca ou nenhuma outra mídia local no Brasil. É preciso atenção especial a esse perfil e as condições de sua vulnerabilidade.

Como procuramos apontar, a crise de credibilidade do jornalismo pode ser lida como elemento motivador de violências contra comunicadores. Reconhecer isso passa também por reconhecer o espaço online como palco de muitas dessas violências. Isso implica compreender as formas e efeitos da violência online de forma ampla e sensível. Não se pode tomar como critério único para a avaliação de uma ameaça a efetiva possibilidade de sua realização. A perturbação psicológica e o silenciamento pelo medo também são objetivos destas práticas.

Do mesmo modo, a ofensa e descredibilização não podem ser minimizadas, mas compreendidas como sintoma de uma desconexão de parte da sociedade com o trabalho de comunicadoras e comunicadores. É preocupante que se veja um aumento da disposição em atacar comunicadores e que figuras públicas incentivem essa perseguição.

Para além da apuração e efetiva investigação dos crimes contra comunicadores, é preciso que se reconstrua a relação de credibilidade entre imprensa e público. Uma sociedade incapaz de perceber sua própria violência não poderá ser capaz de reconhecer o sofrimento do outro.

Por fim, tendo em vista que há alguns anos os políticos figuram como os principais suspeitos de serem mandantes dos crimes contra comunicadores, essa relação permanente de agentes públicos com violações de direitos humanos é bastante preocupante. Em 2018, além dessa dinâmica se repetir, ainda pudemos observar novas dinâmicas da classe política com a imprensa que vão no sentido de desprestigiá-la e descredibilizá-la.

Nesse sentido, a **ARTIGO 19** lembra que os Estados têm a obrigação de prevenir, proteger e processar ataques contra jornalistas e defensores dos direitos humanos. Também que possuem o dever de conter o fenômeno da desinformação, sobretudo não compartilhando notícias que saibam ou deveriam saber serem falsas ou usar a etiqueta ‘fake news’ indiscriminadamente para levantar dúvidas sobre a cobertura jornalística sempre que ela desagrada.

Por fim, ressalta que, seja por ação direta ou omissão, a naturalização de ataques e de um tom de desqualificação da imprensa coloca comunicadores em risco num país que já é marcado por violências contra esses profissionais – que chegam inclusive ao extremo do assassinato. Além disso, a deterioração do ambiente para o exercício da profissão impacta no acesso à informação pública, na circulação de diferentes informações e opiniões e na capacidade da mídia de exercer um papel fiscalizador do poder público, algo essencial para proteger instituições democráticas. O direito de toda sociedade à informação, assim, é prejudicado.

A ARTIGO 19 desempenha três etapas para a checagem e consolidação das informações:

_MONITORAMENTO: mapeamento dos casos de violações e coleta das informações iniciais sobre cada ocorrência a partir de matérias jornalísticas publicadas por diversos perfis de veículos de comunicação, organizações sociais, redes de correspondentes e pelas próprias vítimas ou testemunhas dos casos.

_REGISTRO COMPLETO: detalhamento das informações mapeadas no monitoramento através da apuração de cada caso por meio de entrevistas com as vítimas, conhecidos e familiares das vítimas, membros de organizações da sociedade civil que trabalham com o tema e autoridades responsáveis pelos casos.

_ACOMPANHAMENTO: documentação e análise jurídica de alguns casos para avaliação de possível ação judicial ou encaminhamento para organizações parceiras e posicionamentos públicos alertando sobre os casos e cobrando as devidas ações do Estado.

Na etapa de monitoramento, foram coletados todos os tipos de violação relacionados à liberdade de expressão descritas no protocolo. O registro completo contempla somente os casos graves – homicídio, tentativa de assassinato, ameaça de morte, tortura e sequestro. São os números relacionados a essas categorias que foram sistematizados para a elaboração desse relatório.

Tendo em vista que as ocorrências coletadas no monitoramento são baseadas em sites de notícias e de outras organizações da sociedade civil por meio da equipe interna do programa de proteção e segurança da ARTIGO 19, reconhecemos que a falta de contatos in loco nas diferentes regiões do país podem prejudicar uma coleta completa de todos os casos ocorridos ao longo do ano. Dessa maneira, reconhecemos que apesar dos esforços empreendidos, há a possibilidade de existirem casos que não chegaram ao nosso conhecimento e que o número de violações à liberdade de expressão sofridas por comunicadores pode ser ainda maior do que o conside-

rado para a elaboração deste relatório. **Importante:** *A investigação da ARTIGO 19 depende das investigações oficiais – que são tomadas por nós como apenas uma possível versão do fato. Isso se faz necessário uma vez que os agentes públicos e policiais envolvidos podem ser parte interessada na violação em questão. De outro lado, não é intenção da ARTIGO 19 substituir ou concorrer com o trabalho de investigação oficial. Pelo contrário, demandamos a resolução oficial dos casos e que os culpados sejam julgados e punidos, conforme as leis do país.*

ANÁLISE DOS DADOS

Para as análises dos dados levantados, primeiramente foi necessário identificar toda evidência disponível que pudesse fortalecer e ajudar a sustentar a relação direta entre os fatos, o trabalho de comunicação e as opiniões e/ou informações que possam ter sido expressadas pela vítima ou que ela planejava expressar.

Feitas essas correlações, utilizou-se o cruzamento de categorias de análise consideradas centrais para a caracterização das violações. Dentre essas categorias, destacam-se três tipos: as que caracterizam a vítima, as que caracterizam o crime e as que caracterizam o autor.

Para a caracterização da vítima, levantou-se o perfil da atividade da vítima (jornalista ou repórter; radialista, blogueiro), a atividade e o gênero.

Para a caracterização do crime, analisou-se o tipo de violação (homicídio, tentativa de assassinato, ameaça de morte e tortura); onde ocorreu (região, estado e dimensão da cidade) e existência de violações anteriores. Sobre a dimensão das cidades, segue-se a classificação do IBGE: cidades pequenas (menos de 100 mil habitantes);

médias (de 100 a 500 mil habitantes) e grandes (mais de 500 mil habitantes).

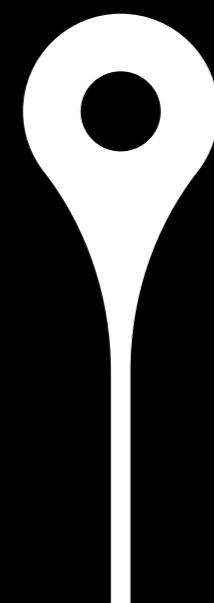
A caracterização do autor da violação foi feita com a análise do perfil do possível mandante e das prováveis motivações. O perfil do autor é o tipo de atividade que faz com que o possível mandante esteja ligado ao contexto da violação, com as seguintes possibilidades: polícia, político, crime organizado, produtor rural ou extrativista, empresário e agente público.

Além disso, procurou-se levantar as prováveis motivações, ligadas ao exercício da liberdade de expressão pela vítima, que levaram o autor a cometer o crime. São elas: realização de investigação ou apuração de informações, realização de denúncias, e emissão de críticas ou opinião.

Caracterizada a violação em suas diferentes dimensões, procurou-se levantar o status de cada caso no sistema penal, seja o inquérito policial, a investigação do Ministério Público ou uma ação penal na Justiça. Os diferentes critérios para caracterizar essas categorias são detalhados na tabela ao lado:

É importante esclarecer que as informações sobre os status dos casos não provêm somente das autoridades, pois, em alguns casos, essas autoridades se reusaram a colaborar para a apuração da ARTIGO 19. Algumas vezes também não estavam disponíveis para o contato, ou o contato não foi suficiente para levantar as informações desejadas. Nesses casos, os dados referentes aos status das investigações foram fornecidos pelas próprias vítimas ou por pessoas relacionadas a elas e que acompanham o desenvolvimento do caso.

STATUS DOS CASOS	DETALHAMENTO
Vítima não procurou as autoridades	Acontece uma violação, mas a vítima não formaliza a queixa.
Polícia não formalizou Boletim de Ocorrência (BO)	Acontece uma violação, mas a vítima não formaliza a queixa.
Formalizou BO e não houve investigação	Autoridade policial registra Boletim de Ocorrência, mas não abre investigação
Inquérito policial em andamento	Autoridade policial abre inquérito e investigação está em desenvolvimento
Investigação não avançou	Autoridade policial abre inquérito, mas não há nenhuma alteração na investigação por mais de três meses.
Investigação concluída	Autoridade policial encerra investigação e encaminha para o Ministério Público.
Investigação deu início a uma ação penal	O Ministério Público abre um processo penal.
Ação penal gerou sentença	Processo na Justiça gera sentença em primeira instância.
Condenados não cumprindo pena	A sentença judicial teve condenados, mas eles estão foragidos
Caso arquivado	As autoridades policiais ou o Ministério Público arquivaram o caso
Não se aplica	Não se aplica a nenhuma categoria





ARTICLE 19

ARTIGO 19 AMÉRICA DO SUL

End. Edifício das Bandeiras Rua João Adolfo, 118 -
Conjunto 802
Centro - São Paulo / SP - 01050-020
Brasil

+55 (11) 3057 0042
comunicacao@artigo19.org
www.artigo19.org

APOIO:

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**



FORD FOUNDATION

